



AJUSTE DIRETO

Organização e Realização do Evento: Oh Meu Deus Ultra Trail Serra da Estrela

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I - Cláusulas Gerais

CLÁUSULA 1.^a

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “ Organização e realização do Evento: Oh Meu Deus – Ultra Taill Serra da Estrela

CLÁUSULA 2.^a

CONTRATO

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, e integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CLÁUSULA 3.^a

PRAZO

1 - O contrato mantém-se em vigor até a conclusão das atividades que têm a duração de **60 dias**, de acordo com o mapa de trabalhos estabelecido pelo Município, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CLÁUSULA 4.^a

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, constitui obrigação principal do adjudicatário realizar as atividades e cumprir com as especificações técnicas que se anexam ao presente Caderno de Encargos.

2 - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 5.^a

OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Seia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 6.^a

PREÇO CONTRATUAL

1 – Pela prestação de serviço objeto de contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Seia deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 7.^a

PREÇO BASE

O valor base para efeito de concurso é de **€ 15 000,00 (quinze mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, ou seja, o valor máximo fixado no Caderno de Encargos, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art. 47.º do Dec. Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 8.^a

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - As quantias devidas pelo Município de Seia, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção pelo Município das respetivas faturas, as quais serão emitidas da seguinte forma: i) 50% quando da data de outorga do contrato; ii) 50% quando da finalização dos serviços contratados.

2 - Em caso de discordância por parte do Município de Seia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviço por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

CLÁUSULA 9.^a

PENALIDADES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Seia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante correspondente a 25% do valor contratual.

CLÁUSULA 10.^a

FORÇA MAIOR

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviço ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviço de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviço cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviço não devidas a sabotagem;

Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

g) A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

h) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 11.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SEIA

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, O Município de Seia pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.



CLÁUSULA 12.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 13.^a

PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

No presente procedimento não haverá lugar a prestação de caução.

CLÁUSULA 14.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal territorialmente competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 15.^a

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar utilizar ou discutir com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela CMS ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela CMS ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da CMS, comprometendo-se, designadamente a não os copiar, reproduzir, divulgar, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros.
3. No caso em que exista autorização da CMS para a subcontratação de outras entidades para a prestação de serviços, será o fornecedor responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
4. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por ele subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos a celebrar com as entidades por si subcontratadas.
5. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:



- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela CMS única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a CMS esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da CMS contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar à CMS toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a CMS informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato relativamente às regras de confidencialidade e proteção de dados pessoais;
- h) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32º do RGPD.

6. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a CMS venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

7. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o referido colaborador.

8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

CLÁUSULA 16.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código



dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 17.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

1 - À contagem dos prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Exceto quando dito expressamente que se trata de dias úteis, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
- b) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adquirente, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa o primeiro dia útil subsequente.
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês.

CLÁUSULA 18.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1 - Em tudo omissos no presente Caderno de Encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
- b) Em demais legislação aplicável.



Parte II – Especificações Técnicas

CLÁUSULA 1.^a

TRABALHOS DA RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE A CONTRATAR

DATA DE REALIZAÇÃO DO EVENTO: 10, 11, 12 DE JUNHO DE 2022

O Oh Meu Deus Ultra Trail Serra da Estrela é um evento desportivo/recreativo, pedestre em natureza com características de montanha. Desenvolve-se em percursos com a utilização de veredas, trilhos florestais, caminhos rurais, carreiros e trilhos pedestres. Realizando-se o itinerário a pé e no menor tempo possível.

Este evento tem como objetivo conjugar o espírito de aventura na natureza, o turismo e o desporto, constituído por 4 distâncias:

OMD200 (Viriato 160+40); **OMD100**; **OMD50**; **OMD20**

Campanhas on-line nas redes sociais:

- 6 Campanhas pagas de ativação da marca Oh Meu Deus
- Criação de conteúdos semanais dos perfis digitais afetos ao evento

Campanhas de imprensa

- Notas de imprensa para agentes regionais, nacionais e internacionais com a frequência de uma por mês ou sempre que se mostrar relevante;

Web site

- Criação de conteúdo escrito e gráfico para eventos em Português, Inglês, Espanhol e Francês;
- Manutenção e atualização dos conteúdos diariamente;
- Otimização do SEO das páginas web com palavras-chave (Oh Meu Deus; Seia, Serra da Estrela, Ultra Trail, Uphill, Portugal);
- 2 Campanhas pagas de *Google ad Worlds* de forma a criar relevo nas buscas;
- Divulgação dos parceiros.

Back Office

- Ligação ao cliente;
- Gestão das inscrições;
- Criação, desenvolvimento e implementação da identidade gráfica do evento;



- Seleção de dois influenciadores e seis atletas que serão o rosto do evento;
- Estabelecimento de parcerias com agentes chave em Portugal e Estrangeiro;
- Ações de campanha de ativação de marca do evento e destino com oferta de “vouchers”, descontos e outros prémios;

Outros

- Ações de animação e ativação da marca;

A Prova

- Implementação das distâncias de 200, 160, 100, 50, 20 e caminhada no Evento Oh Meu Deus Ultra Trail® Serra da Estrela nos dias 10,11 e 12 de junho de 2022;

Considera-se implementação do evento o seguinte:

- Gestão, análise e seleção dos percursos a percorrer;
- Criação de distância mais curta com chegada à Torre;
- Licenciamentos e autorizações das entidades responsáveis pela gestão do território: PNSE, Município, GNR Seia e Montanha e todos os que sejam necessários;
- Marcação e delimitação dos trajetos do evento;
- Montagem e desmontagem de adereços e outros equipamentos na Torre para a chegada do OMD20;
- Retirada de todas as marcações das provas;
- Seleção e localização das bases de apoio;
- Contratação da equipa médica;
- Contratação da equipa de cronometragem e gestão das classificações;
- Gestão do secretariado e credenciações;
- Montagem do Pórtico de Partida/Chegada;
- Montagem do corredor de metas: Bandeiras, telas outros adereços;
- *Back Drop*;
- Contratação do *Speaker*;
- Contratação das equipas de captação de imagem: Vídeo e fotografia
- Contratação de Equipa de reportagem para cobertura dos eventos e diretos para as redes sociais;
- Resumos diários para redes sociais;



- Criação e desenvolvimento de conteúdos, texto, fotos e vídeo do evento para a imprensa.

Pós Provas

Serão entregues em formato digital à Câmara de Seia:

- Fotos selecionadas em alta resolução sem direitos de uso dos vários fotógrafos;
- 1 Vídeo resumo do evento;
- Inquérito de satisfação enviado pela Internacional *Trail Run Association*;
- Relatórios detalhados das provas, com evidências das especificações técnicas;
- Relatório com estudo do impacto económico;

Trabalhos da Responsabilidade da Câmara

- Apoio da Proteção Civil, Juntas de Freguesia do Concelho onde passa a prova, Bombeiros, Cruz Vermelha e Escuteiros;
- Cedência de espaços para secretariado, briefing e equipas de gestão de prova e cronometragens;
- Tendas de apoio ao evento e participantes;
- *Bufett* encerramento;
- Autocarros para transporte dos participantes para os locais de partida.

CLÁUSULA 2.^a

EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução dos serviços objeto de contrato deverá ser efetuada com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, zelo e competência;
2. A prestação dos serviços decorrerá durante os meses de maio e junho;

Seia, 05 maio de 2022

Por Delegação de Competências do Presidente da Câmara

O Vereador

Cláudio Martins Pereira Figueiredo